

**40º Encontro Anual da Anpocs**

**ST 31 - Sociedade e Vida Econômica**

**Ação coletiva no Arranjo Produtivo Local de Confecções de Vila Velha**

**Autor: Flavilio da Silva Pereira**

## **Ação coletiva no Arranjo Produtivo Local de Confeções de Vila Velha<sup>1</sup>**

**Flavilio da Silva Pereira<sup>2</sup>**

**Resumo:** O presente artigo propõe uma reflexão acerca do empreendimento de ações coletivas no Arranjo Produtivo Local (APL) de confeções do município de Vila Velha, ES. Foram examinados dados primários coletados junto aos empresários do APL. Esses dados foram organizados em indicadores que versam sobre a participação, a confiança e o empreendimento de ações coletivas. Os dados foram confrontados com a produção científica que problematiza a ação coletiva e seus dilemas. A análise das informações produzidas apontou um baixo nível de participação dos empresários em organizações associativas e assuntos públicos, baixo nível de confiança e, por conseguinte, baixo nível de empreendimentos de ação coletiva. Além disso, o levantamento teórico possibilitou colocar em pauta elementos importantes para compreensão das ações coletivas, como a identidade dos grupos sociais e a afetividade. **Palavras-Chave:** Ação coletiva; Arranjos produtivos locais; Micro e Pequenos Empresários

**Abstract:** This paper proposes a reflection on the development of collective actions in the Local Cluster of Clothing in Vila Velha, ES, Brazil. Were collected primary data and organized on indicators that concern the participation, trust and development of collective actions. We analyzed the informations with the scientific literature that discusses collective action and their dilemmas. The analysis of information showed a low level of participation of entrepreneurs in associations and public affairs organizations, low confidence and therefore low levels of collective action. The theoretical survey allowed to put on the agenda important elements for understanding the collective actions, such as the identity of social groups and affection. **Key Words:** Collective actions; Local Clusters; Micro and Small Entrepreneurs

### **1 Introdução**

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte integrante da pesquisa de Mestrado em andamento, do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, orientada pela Professora Dra Antônia de Lourdes Colbari. Pesquisa Financiada pela FAPES (Fundação de Amparo e Pesquisa do Espírito Santo)

<sup>2</sup> Mestrando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo

O estudo da Ação Coletiva e dos Arranjos Produtivos Locais – APLs - requer a mobilização de uma gama de conceitos elaborados e reelaborados por diversos autores, adeptos de correntes das mais variadas disciplinas, como a economia, sociologia, administração, geografia, entre outras, que se ocupam da organização do espaço regional e das redes e relações sociais.

Segundo Haguette (2005), a ação coletiva consiste em grupos agindo para enfrentar situações nas quais elas estão inseridas. Esses grupos (famílias, sindicatos, clubes, etc), os quais a autora chama de **unidades de ação**, são definidos a partir de elementos que possuem **sentidos** e que são derivados da interação social. Mello Junior (2010) esclarece que a ação coletiva está ligada a um campo de ação e sempre está relacionada a um grupo de interesses.

Essa artigo possui o objetivo de analisar o capital social existente no APL de confecções de Vila Velha, ES. Essa análise buscou verificar a relação entre capital social e a realização de ações coletivas. A fim de responder a esse propósito buscamos; identificar a manifestação do capital social através da confiança, participação em organizações associativas e interesse em assuntos públicos; identificar as formas de ação coletiva praticadas no âmbito do APL; e elaborar um sistema de indicadores para medir a confiança, a participação e a emergência de ações coletivas no APL. A relevância desse estudo se destaca pela abordagem de um formato produtivo fundamental no desenvolvimento regional e se verifica através da capilaridade do Apl. Essa capilaridade se reverte na geração de empregos e renda em regiões mais distantes dos grandes polos industriais, em especial dos arranjos de micro e pequenas empresas.

Com intuito de alcançar os objetivos propostos no estudo, foram utilizadas como fontes de dados informações primárias, obtidos através da aplicação de questionários face a face aos empresários do APL de confecções de Vila Velha. Lançamos mão de um instrumento de coleta de dados adaptado a partir do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI- MCS), desenvolvido pelo Banco Mundial (2003) que se constitui de um instrumento estruturado com questões fechadas de única escolha, múltiplas escolhas e questões com base em escalas de Likert. Esse instrumento, que nos permitiu estimar indicadores de capital social, foi estruturado em torno de seis seções (QI- MCS, 2003): Grupos e Redes, Confiança e Solidariedade, Ação Coletiva e Cooperação, Informação e

Comunicação, Coesão e Inclusão Social, Autoridade ou Capacitação (Empowerment) e Ação política.

Foram aplicados 100 entrevistas, obtendo uma margem de erro em torno de 8%, com nível de confiança de 90%, a partir de um universo de 900 empresas. Os dados foram submetidos à análise de frequências, como uma maneira simples e conveniente de organizar os dados e extrair mensagens básicas, utilizando de software SPSS (*Statistical Package of Social Science*). Em seguida, as informações foram organizados a partir de três eixos em torno dos quais criamos indicadores, a saber: *participação em associações, confiança e adesão a normas e ocorrências de ações coletivas*. A escolha desses eixos proporciona a análise sobre densidade de associações e a incidência de participações no Apl, o levantamento das experiências dos entrevistados em relação a comportamentos que impliquem confiança e finalmente demonstra a ocorrência de ações coletivas como uma medida de resultado relacionado ao capital social existente. A análise desses dados ocorreu à luz de um denso aporte teórico sobre ações coletivas desenvolvidos a partir da década de 1960.

Fortemente ligado às discussões sobre ações coletivas, o estudo do capital social, da confiança e mais recentemente das emoções, acabaram se tornando lugar obrigatório de visitação de pesquisadores e estudiosos do tema, a ponto de ganharem um corpo comum nas agendas de pesquisa de cursos de graduação e pós graduação e serem incorporados nos relatórios e recomendações de agências internacionais, como o Banco Mundial, e agencias nacionais, como o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Discutir as teorias da ação coletiva significa partir invariavelmente das contribuições desenvolvidas por pesquisadores que compunham o corpo da chamada Escola de Chicago. As reflexões produzidas por esses autores tinham como base a pesquisa empírica empregada nas reflexões sobre a interação do indivíduo e a sociedade, através de duas metodologias básicas: o pragmatismo e o interacionismo simbólico. A primeira analisava as atividades humanas e suas ações em sociedade, a segunda se ocupava da natureza simbólica da vida social (COULON, 1995). Nesse contexto, um dos grandes responsáveis pela perspectiva alicerçada no interacionismo simbólico da Escola de Chicago, foi o economista Mancur Olson que introduziu no campo de discussão as Teorias de Mobilização de Recursos.

Daniel Cefai (2009) ressalta que as teorias da Mobilização de Recursos aderiram de tal forma nas proposições dos sociólogos a respeito da ação coletiva que se tornaram quase repetitivas as citações a respeito das elaborações de Olson e os cálculos de interesse material e simbólico em busca da maximização dos ganhos.

A teoria utilitarista de Olson (1999) concebia a ação coletiva como precedida de cálculos racionais, vislumbrando o ganho de benefícios. Em *A Lógica da Ação Coletiva*, publicada em 1965, o autor analisou a racionalidade dos indivíduos. Para o autor os benefícios advindos de um empreendimento coletivo são insuficientes para motivar a participação de indivíduos em ações coletivas. Olson (1999) sustenta a premissa de que os atores não buscarão o bem coletivo, visto que esse bem possui natureza inclusiva e a contribuição individual tenderá ser maior que a parcela do bem coletivo a qual terá direito

O tipo de jogo de único lance, preconizado por Olson (1999), exemplificado pelo dilema do prisioneiro, impossibilita o acúmulo de experiências dos jogadores, levando os atores a não cooperarem entre si. Na sua visão, para evitar esse tipo de deserção ao ato de cooperação, é necessário algum dispositivo de coerção ou de incentivo seletivo, para que os indivíduos sejam obrigados a participar do empreendimento coletivo e colaborar com o provimento de tal benefício. Criticamente ao modelo de Olson, surgem diversas proposições fundadas em outras bases, como soluções internas ao grupo, contrastivamente as soluções externas, conciliando a racionalidade e a necessidade de cooperação (ORESNTTEIN, 1998).

Algumas críticas se destacam, como a redução do problema da cooperação ao jogo do Dilema do Prisioneiro<sup>3</sup>. Douglas North (1990) destaca que o caráter estático da análise de Olson e a base em jogos de único lance favorecem a deserção, entretanto, se ocorre a repetição seguida de jogos a falha não é a estratégia dominante.

A variedade de situações, de motivações e de grupos também entra em cena. Clauss Offe e Helmut Wiesenethal (1984) citados por Bianchi (2004), redigem uma importante crítica

---

<sup>3</sup> O Dilema do Prisioneiro retrata uma situação onde os sujeitos são tentados a não cooperar diante da impossibilidade de combinar as ações e com isso sempre desertam. Para mais informações consultar a OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos de uma teoria dos grupos sociais**. Tradução Fábio Fernandes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

à teoria geral da ação coletiva de Olson, na qual apresentam outra vertente crítica ao individualismo metodológico, através da análise sociológica das classes sociais. Essa perspectiva trabalha com a essência dos atores, as distinções classistas. Para esses autores, as ações coletivas estão ligadas aos interesses das classes e às suas essências, os papéis sociais da classe e sua formação, as suas forças sociais e as formas de organização coletiva.

As pesquisas de Ostrom (2011) estabeleceram a importância de outros elementos como comunicação, confiança, tipos de bens e regras de manejo de bens para o desenvolvimento de ações coletivas. A partir de suas pesquisas, essa autora traz inúmeros exemplos de resultados em termos de cooperação que perduram no tempo e aponta a necessidade de realização de pesquisa com base em métodos múltiplos em três níveis de análise: o comportamento humano individual, as variáveis microsituacionais e o contexto socioecológico mais amplo.

A perspectiva pragmatista, quando entra em cena, desloca o caráter instrumental da ação coletiva para escanteio e ocupa a via principal com a uma gama de elementos complexos ligados à situação cotidiana dos indivíduos e do coletivo. Em Cefai (2009), as associações passam a se enquadrar como um meio de sociabilidade que proporciona coexistência dos sujeitos e uma experiência cognitiva e normativa capaz de fixar hábitos tanto de conflito como de cooperação. As associações assumem um papel de mobilização de "experiências criadoras", nas palavras de Cefai (2009, p.19), proporcionando sociabilidade, encontros, simpatias, solidariedade e criando experiências compartilhadas. Dessa forma, esse autor demonstra que a ação coletiva produz experimentação e insere a dimensão da emoção como variável fundamental nas tomadas de decisões.

A dimensão da emoção entra no jogo a partir da década de 90, e passa a compor o grupo de variáveis a serem consideradas nos modelos para estudar a ação coletiva. Até então eram tidas como arquétipos do homem altruísta e de um homem emocional, como um mecanismo praticamente irrelevante, e apenas acessório na complementação das teorias da escolha racional (JASPER, 2012). A partir desse momento causalidades emocionais passam a ocupar um lugar central nos estudos de movimentos sociais. Jasper (2012) aponta que é fundamental uma abordagem que desconstrua os dualismos tradicionais

entre emoção e racionalidade, reconhecendo que esse processo é coexistente na interação com o mundo.

Nesse momento, elementos como valores, normas, ideologias, projetos, cultura, reputação e identidade dos grupos sociais passam a integrar o time de jargões a serem usados para se discutir ação coletiva. Jasper (2012) ressalta que se o elemento reputação, já colocado em pauta por Potete, Ostrom e Janssen (2011), com frequência motiva a participação, o sentimento de pertencimento ao grupo fortalece a permanência diretamente ligada à identidade coletiva, que tem sido um tema bastante em voga nos últimos anos e que se constitui a partir da memória. A importância da memória na manutenção das coletividades é reforçada por Pollack (1989) quando traz a tona Halbwachs, “acentuando as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo” (Pollack, 1989, p. 3). Essa memória é construída social e individualmente, e possui uma ligação fenomenológica com o sentimento de identidade, que por sua vez se forma a partir de disputas e conflitos cotidianos entre grupos (Pollak, 1992).

Jasper (2012) reforça que a identidade coletiva exerce impacto causal através das lealdades afetivas que produz, reforçando a existência do grupo. Dentro dessa tradição que relaciona identidade a ação coletiva, Polleta e Jasper (2001, p. 285) trazem uma definição que agrega elementos de ligação cognitiva, emocional, moral entre indivíduo e comunidade e expressa-se em formas culturais, onde elementos como “nomes, narrativas, símbolos, estilos verbais, rituais e vestimenta” são mais importantes na superação dos dilemas do *free rider* que os mecanismos apontados por Olson (1999).

Outra variável bastante estudada e de importância fundamental para montar o quebra cabeça de elementos que influenciam no sucesso ou insucesso das ações coletivas, são os estudos que trabalham o complexo de fatores sintetizados no conceito de capital social. Esse fatores são os laços de confiança estabelecidos, as redes de relação e as cadeias de organizações associativas.

Nas últimas décadas, um esforço coletivo colocou o termo Capital Social em pauta, recebendo especial atenção de agências internacionais como Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial e PNUD, para tratamento de questões relacionadas ao

desenvolvimento local. As repercussões recentes alcançadas pelas proposições em torno do capital social se devem aos estudos promovidos pelo próprio Robert Putnam, a partir da publicação de *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*, na década de 1990.

O compromisso cívico é apresentado por Putnam (2006) como um elemento central no desenvolvimento do capital social e é existente em grande medida na comunidade cívica, em forma de associações recreativas, cooperativas, sociedades de ajuda mútua, participação nos assuntos públicos, comparecimento às urnas, entre outras estruturas ligadas ao associativismo e à solidariedade coletiva. Para esse autor, o associativismo é umas das principais características que medem o compromisso cívico de uma população. O associativismo reforça os valores sociais, a consciência política, a confiança social e a competência cívica, e por sua vez “a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos” (Putnam, 2006, p. 104). Essas características geram círculos virtuosos que “redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem estar coletivo” (Putnam, 2006, p. 186). O círculo virtuoso preconizado pelo cientista político estadunidense se converte no ambiente fundamental para a emergência de ações coletivas.

No quadro abaixo é possível visualizar uma síntese das contribuições sobre ações coletivas.

**Quadro 01 – Síntese das contribuições a discussão das ações coletivas**

AUTOR	CONTRIBUIÇÃO A DISCUSSÃO DA AÇÃO COLETIVA
Olson (1999)	Cálculos racionais, vislumbrando o ganho de benefícios
Clauss Offe e Helmut Wiesenethal (1984)	Análise sociológica das classes sociais
Eleanor Ostrom (2011)	Comunicação, confiança, tipos de bens e regras de manejo de bens para desenvolvimento de ações coletivas
Cefai (2009)	Experiências criadoras - a dimensão da emoção como variável fundamental nas tomadas de decisões
Jasper (2012); Polleta e Jasper (2001)	Valores, normas, ideologias, projetos, cultura, reputação e identidade dos grupos sociais



Putnam (2006)	Capital Social - em forma de associações recreativas, cooperativas, sociedades de ajuda mútua, participação nos assuntos públicos, comparecimento às urnas, entre outras estruturas ligadas à solidariedade coletiva
---------------	--

Fonte: Elaboração própria

Diante da gama de aspectos a serem considerados em estudos sobre ação coletiva, algumas questões emergem primordialmente a respeito do APL de confecções de Vila Velha. O conceito desse arranjo adotado no Brasil elenca pressupostos básicos, como o fato do APL ser o lócus real onde ocorrem as trocas de experiências e onde surge a necessidade de cooperação (CASSIOLAT; LASTRES, 2003). Partindo desses pressupostos e dos elementos colocadas em pauta pelas proposições teóricas, perguntamos: O APL de confecções estudado apresenta ambiente propício a cooperação e troca de experiências, como preconizado em seu conceito? Tal experiência de Vila Velha apresenta índices de confiança e participação social robustos suficiente para fazer emergir empreendimentos coletivos significativos?

## **2 Nota Metodológica: elaboração dos indicadores**

A partir da análise descritiva dos dados, prosseguimos o desenvolvimento de um sistema composto por três grupos de indicadores: Indicadores de Participação em associações (IP), Indicadores de Confiança (IC) e Indicadores de Resultado (IR). Os indicadores foram conceituados de acordo com a característica medida, como apresentado a seguir:

1. Os Indicadores de Participação representam a participação dos empresários na vida coletiva. Esses indicadores levam em consideração a participação dos entrevistados em associações representativas do setor e a composição da rede pessoal dentro do setor.
2. Os Indicadores de Confiança sintetizam a percepção de quanto os empresários confiam nos seus pares e nas instituições presentes no ambiente do arranjo. A desconfiança dos empresários também é considerado na composição desses indicadores.

3. Os Indicadores de Resultado se referem as ações coletivas concretas empreendidas no arranjo, como trabalho realizado em conjunto e contribuições em projetos diversos.

Cada grupo de indicador foi composto por três indicadores, de acordo com o quadro 01:

#### Quadro 01 - Grupos de indicadores

INDICADOR	GRUPOS DE INDICADORES
Indicadores de Participação	IP 1 - Participação em associações
	IP 2 - Pessoas do arranjo que compõe rede pessoal
	IP 3 - Se reuniu com empresários do setor nos últimos 12 meses para se divertir
Indicadores de Confiança	IC 1 – A maioria dos empresários do setor são confiáveis
	IC 2 – é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você
	IC 3 – As instituições presentes no APL são confiáveis
Indicadores de Resultado	IR 1 – Você contribuiria para projetos que não lhe beneficiam diretamente
	IR 2 – Realizou algum trabalho com outros empresários no último ano
	IR 3 – Se reuniu com membros do grupo para entregar petição ao poder público no último ano

Cada um dos indicadores que compõem os três grupos foram desenvolvidos a partir de variáveis existentes no questionário aplicado aos entrevistados, alguns indicadores são compostos por apenas uma variável e outros por mais de uma. Às respostas de cada variáveis foram atribuídos valores, variando de 0 a 3. A estrutura da construção dos grupos de indicadores pode ser visualizada no Anexo 01.

Os indicadores foram elaborados com base em médias aritméticas. O conjunto de respostas registradas recebeu a atribuição de valores e em seguida foram retiradas médias dos valores por variáveis. Nos Anexos 02 e 03 apresentamos os cálculos dos Indicadores de Participação 1 e 2 (IP1 e IP2) para ilustração dos dois tipos de indicadores, compostos por apenas uma variável e por cinco variáveis.

A análise dos indicadores proporcionou a observação do nível de participação dos empresários, assim como o nível de confiança e as ações coletivas empreendidas. Essa análise foi incrementada com a geração de tabelas e gráficos a partir de outras variáveis que compuseram o questionário aplicado.

### **3 Arranjo Produtivo Local: conceito e *locus* de estudo**

A partir dos esforços, envolvendo estudos sobre os distritos industriais italianos com a incorporação do conceito schumpeteriano de inovação e a importância dos fatores como proximidade geográficas, apontado por Marshall (19XX), tem se desenvolvido o conceito de Arranjos Produtivos Locais no Brasil. Os arranjos produtivos locais no Brasil, como conceito, surgiram a partir de experiências diversas, fundadas em bases institucionais, sociais e históricas que se afastam da nossa realidade em diversos pontos, como o processo histórico de constituição das comunidades na Itália e o aparato institucional de apoio a iniciativas empresariais no Vale do Silício, nos Estados Unidos.

Trabalhos realizados em países como EUA, México, França, Itália e França apresentam elementos em comum aos seus tipos de distritos industriais: especialização, capital social, estratégias coletivas, fatores de ordem social, história, tradições e aparato institucional. A partir disso surge um conceito dotado de elementos que buscam dar conta do caso brasileiro, um conceito “tropicalizado” como aponta Amaral (2002, p. 21), para quem os Arranjos Produtivos Locais brasileiros se encontram em estágios de desenvolvimento em relação a outros países,

Uma experiência considerada bem sucedida em construir um conceito válido contextualmente para os APLs no Brasil encontra-se no aparato teórico conceitual acumulado pela Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST). A REDESIST (2008) aponta uma série de princípios básicos que orientam a conceitualização de APL's e tem sido a base para os estudos desenvolvidos no Brasil, assim como base adotada pelas agências públicas de fomento aos APLs (Nunes, 2004). Dessa forma, adotamos o conceito cunhado pela REDESIST nesse trabalho, na forma como apresentado por Cassiolato e Lastres (2003):

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO ; LASTRES, 2003, p. 40).

A partir do esforço dos pesquisadores brasileiros, e das experiências das várias regiões em países da Europa e Estados Unidos, com destaque para o norte da Itália, o sucesso das aglomerações produtivas e os benefícios para o desenvolvimento local foram colocados em evidência, principalmente através da capacidade de geração de empregos e renda, mesmo em regiões mais distantes dos grandes polos industriais.

A postura governamental brasileira, após os anos 2000, baseada em uma busca por maior equidade social, passa a fomentar a organização de cadeias produtivas em formato de APLs, por serem vetor de inclusão social, geração de emprego e renda, incentivo a inovação tecnológica e fortalecimento da economia. Esses fatores influenciaram iniciativas principalmente em forma de políticas públicas do governo federal, fazendo com que o desenvolvimento local baseado em Arranjos produtivos passasse a contar com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT - que lançou o Programa de Apoio a Inovação nos Arranjos Produtivos Locais. Em 2004, foi instituído, através da portaria 200 de 03 de agosto de 2004, o Grupo de Trabalho Permanente em Arranjo Produtivo Local – GTP APL - reunindo diversas instituições - Sebrae, Agência de Promoção de exportações e Investimentos do Brasil - APEX Brasil, MDIC, Sistema Ciência & Tecnologia, Ministério da Integração, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil , Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Ministério das Minas e Energias.

O GTP APL surgiu com o intuito de elaborar um plano de desenvolvimento único para os APLs, com intuito de evitar sobreposições e pulverização de ações advindas de instituições diversas. O grupo de trabalho busca ainda, promover a difusão do

conhecimento sobre a atuação no APL e um alinhamento do trabalho entre as agências locais e regionais, criando uma estratégia de ação integrada.

#### **4 O estoque de capital social no arranjo produtivo local de confecções de Vila Velha**

O estudo da ação coletiva nos colocou necessariamente em face do conceito de capital social, que na perspectiva de Putnam (2006) é entendido como um grupo de propriedades da organização social que tornam prováveis as ações cooperadas, cuja manifestação depende diretamente da existência do nível de participação em assuntos públicos e coletivos, por parte dos indivíduos e o nível de confiança existente nesse lócus. A participação em organizações associativas e em assuntos públicos e o alto nível de confiança interpessoal e nas instituições traduzem um ambiente com elevado capital social e conseqüentemente um terreno fértil para desenvolvimento de ações coletivas de diversas naturezas (PUTNAM, 2006; NORTH, 1990).

Esse tópico trata de forma mais específica a identificação da presença de elementos tais como disposição para participação em empreendimentos coletivos, confiança interpessoal e institucional no APL de Confecções de Vila Velha/ES. Além disso, buscamos levantar o repertório de ações coletivas praticadas no arranjo, como uma medida de resultado do estoque de capital social existente.

Como demonstrado na nota metodológica, estimamos indicadores de participação, de confiança e de resultados, que foram discutidos a luz do aparato conceitual desenvolvido nesse trabalho.

#### **4.1 Perfil de antecedente dos micro empresários inseridos no APL**

No primeiro momento analisamos o contexto familiar dos entrevistados, através de informações relacionadas à formação educacional, a tradição da família enquanto empresários e o sistema de apoio familiar entre os integrantes do APL. O papel desses elementos na composição das redes de interação e no capital social são verificados em Coleman (1990), cujas concepções apontam a importância da estrutura familiar como uma das instituições que atuam facilitando as ações dos indivíduos. O pertencimento a grupos e redes de relações também são importantes na concepção de Bourdieu (1982). Dessa forma alguns dados iniciais de caracterização do público alvo da pesquisa serão mobilizados com intuito de situar o grupo em seu contexto familiar, proporcionando a identificação de pontos que sejam diferenciais em termos de capital social.

O grupo de empresários entrevistados apresentou uma idade média de 41 anos, sendo as idades mínima e máxima de 20 e 69 anos, respectivamente. As empresas abordadas possuem existência média de 17 anos. A empresa com menor tempo de existência, está há apenas 1 ano em atividade e a mais antiga se encontra há 47 anos no mercado. Ressaltamos que esse APL é formado principalmente por empresas mais antigas (com mais de 8 anos de atuação no mercado) e que apenas 20% delas são jovens, ou seja, estão em atividade há 8 anos ou menos.

A escolaridade dos proprietários se apresentou superior ao do progenitor, enquanto a maioria dos pais dos entrevistados frequentou até o ensino fundamental I completo (equivalente ao curso de 1ª a 5ª séries), a maioria (59%) dos atuais proprietários possuem ensino médio completo - superior incompleto, chamando a atenção o número relativamente alto de indivíduos (35%) com curso superior completo.

Apesar de existir certa tradição regional no setor de confecções, visto que as empresas começaram a se instalar em Vila Velha a partir da década de 1960, entre os entrevistados podemos perceber que a maioria não herdou a empresa da família, 69% dos entrevistados declararam que seus pais e avós não possuíam empresas.

Essa caracterização aponta alguns elementos importantes para formação de um bom nível de capital social. Por um lado, o número relativamente alto de empresas mais antigas proporciona acúmulo de conhecimento específico e tempo para construção e consolidação da rede social; por outro lado, o nível relativamente alto de escolaridade dos empresários possibilita acesso a conhecimento técnico por parte dos mesmos, facilitando o acesso de informações que subsidie a compreensão do mercado de confecções regional e local e possibilite melhor diálogo com os integrantes do setor, bem como a tomada de decisões mais consistentes.

#### **4.2 Participação e Confiança no APL**

Utilizando as informações obtidas na pesquisa e a criação dos Indicadores supracitados, buscamos nesse tópico, identificar elementos que possam nos mostrar aspectos sobre o estoque de capital social e seus elementos constituintes, assim como seu potencial para empreendimento de ações coletivas.

Foram construídos três Indicadores de Participação (IP)<sup>4</sup> considerando as seguintes variáveis: envolvimento desses entrevistados em organizações associativas (IP1), tamanho da rede pessoal no interior do arranjo (IP2) e existência de momentos de socialização entre esses empresários (IP3). Os indicadores compõem parâmetros sobre a participação em organizações representativas, empreendimentos coletivos e a constituição de redes locais. Na estimativa dos indicadores, os fatores de ponderação variaram de 0 (os empresários não participam) a 3 (os empresários participam ativamente); tomando-se esses valores como referência temos: quanto mais próximo de 3, maior o grau de participação dos empresários.

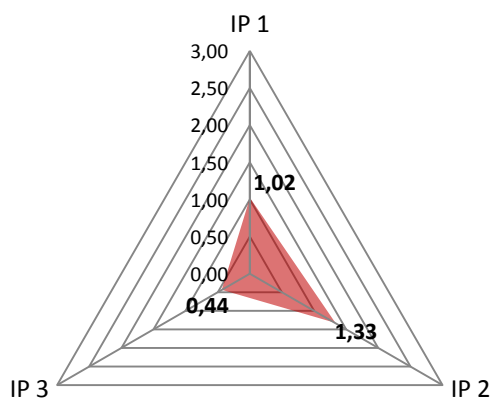
No APL estudado, a intensidade de participação dos empresários, independentemente de sua forma, é, em geral, muito baixa (Gráfico 01). O principal componente deste índice é o IP1 que reflete o grau de participação dos empresários do setor em associações de diversos tipos (associações profissionais e de empresários, associações religiosas,

---

<sup>4</sup> O tópico Metodologia e os anexos apresentam detalhadamente a construção dos Indicadores de Participação, Indicadores de Confiança e Indicadores de Resultado

culturais e educacionais e grupos políticos). O segundo componente de maior importância é o IP2, que reflete o tamanho da rede pessoal do empresário no interior do APL.

**Gráfico01 - Indicador de Participação**



IP 1 – Participação em associações  
IP 2 - Pessoas do arranjo que compõe rede pessoal  
IP 3 - Se reuniu com empresários do setor nos últimos 12 meses para se divertir

Fonte: Elaboração do próprio autor

Outro fator que nos chama a atenção é o baixíssimo nível do IP3 (0,44). Esse indicador aponta a extrapolação das relações entre os empresários para além do espaço comercial/empresarial do APL. A pergunta que orienta a coleta desse dado registra o número de encontros dos empresários para se divertir, fora do âmbito do arranjo. Em outras palavras, esse resultado indica que as relações entre esses indivíduos se limitam ao convívio empresarial.



Além da composição dos indicadores, a análise dos dados avançou em outros aspectos que demonstram o nível de participação dos empresários. Questionamos aos entrevistados, se participavam de associações bem como o nível de atuação nas mesmas. Na Tabela 01, é possível visualizar os elementos que compõe o IP1, de forma desagregada. Os empresários apontaram o nível de participação para cada item com base na seguinte escala: participa ativamente, participa não ativamente, já participou e nunca participou. A essa escala atribuímos os valores 3,2,1 e 0, respectivamente<sup>5</sup>. Dessa forma é possível perceber o nível de participação em cada tipo de organização existente no arranjo, se destacando a baixa participação em grupos ou movimento político (0,08).

**Tabela 01 - IP1: Participação em organizações associativas**

<b>TIPO DE ORGANIZAÇÃO</b>	<b>ÍNDICES QUE COMPÕE O IP1</b>
Associação de comerciantes, profissionais e sindicatos	1,66
Igreja ou associação religiosa	1,56
Grupo cultural, recreativo ou desportivo	0,83
Grupo ou movimento político	0,08
Ações do APL como cursos, reuniões, campanhas	0,98
<b>IP1</b>	<b>1,02</b>

É importante lembrar que a participação em associações e organizações horizontais é um elemento que Putnam (2006) e Coleman (1990) consideram como variáveis fundamentais para a maior consistência do capital social.

Segundo Putnam (2006), o associativismo é umas das principais características que medem o compromisso cívico de uma população e reforçam os valores sociais, a consciência política, confiança social, e desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Os dados apresentados na tabela 01 demonstram uma limitação nesse aspecto, visto que a participação em organizações associativas é restrita.

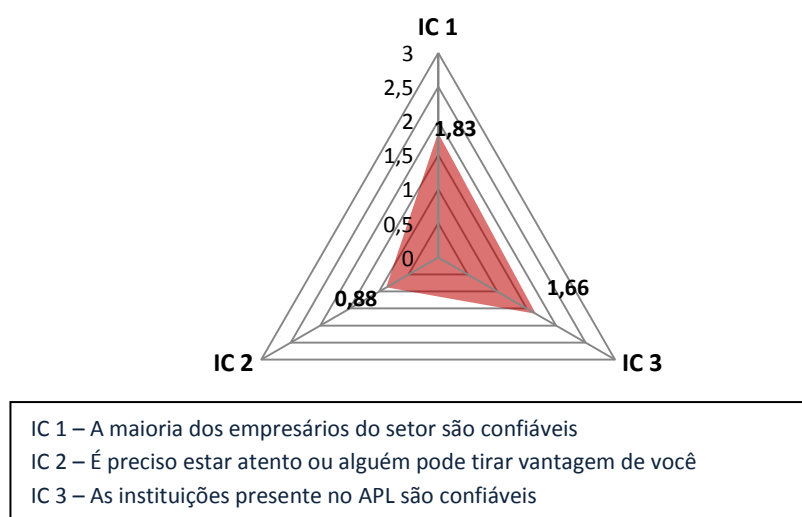
Além dos elementos relacionados à participação direta em benefício da coletividade, outro fator fundamental na composição do capital social é a confiança (Putnam 2006),

<sup>5</sup> O tópico metodologia apresenta descrição detalhada da composição dos Indicadores, e esclarece com mais detalhes a atribuição de valores as respostas dos entrevistados.

dessa forma, foram levantados pela pesquisa elementos para análise do nível de confiança existente no grupo estudado.

Assim como no quesito participação, foram elaborados três Indicadores de Confiança (IC). Esses indicadores consideraram as seguintes variáveis: a maioria dos empresários são confiáveis (IC1), os empresários precisam estar atento ou alguém pode tirar vantagem (IC2) e os empresários confiam nas instituições existentes (IC3). Como no caso anterior, os indicadores variam de 0 a 3. Nesse caso os indicadores variam entre 0, baixo nível de confiança e 3, alto nível de confiança.

**Gráfico02 - Indicador de Confiança (IC)**



Fonte: Elaboração do próprio autor

Os Indicadores de Confiança apresentam valores um pouco mais elevados que os Indicadores de Participação. O IC 1 obteve o valor mais alto, 1,83, apontando existir um nível de confiança entre os empresários mais elevado que o nível de confiança nas instituições, IC3, 1,66.

Apesar da confiança registrada, é importante ressaltar a presença da desconfiança, os empresários sentem uma constante ameaça de seus próprios companheiros do APL Essa desconfiança é representada pelo IC 2. O baixo valor do IC2, 0,88 indica que os

empresários sentem que os seus pares do setor agirão com intuito de obter vantagem a qualquer custo.

Além da produção dos Indicadores de Confiança outros dados foram analisados com intuito de caracterizar a ‘confiança’ existente no ambiente de trabalho do APL. Os entrevistados foram colocados diante de afirmações hipotéticas para que concordassem ou discordassem, e os resultados encontram-se sumarizados na tabela 02. Como se pode perceber é relativamente alto (61%) o grau de confiança dos entrevistados em relação à maioria dos empresários que fazem parte do APL. Por outro lado, paradoxalmente, a desconfiança encontra-se também presente: a maioria dos entrevistados não confiam nos outros empresários do setor para emprestar e tomar dinheiro emprestado (54%); admitem que outros empresários desejam tirar vantagem das situações cotidianas (69%); julgam que a maioria de seus pares não estão dispostos a ajudar a categoria (56%) caso algum deles venha precisar de algum auxílio.

**Tabela 02 - Em que medida concorda ou discorda das afirmação a seguir**

	Concordo		Discordo		NS/ NR		Total	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Nesse setor é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você	69	69	29	29	2	2	100	100
A maioria dos empresários nesse setor estão dispostos a ajudar caso você precise	37	37	56	56	7	7	100	100
Nesse setor os empresários geralmente não confiam uns nos outros quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado	54	54	35	35	11	11	100	100
Pode-se confiar na maioria dos empresários que fazem parte do APL	61	61	35	35	4	4	100	100

Fonte: Elaboração do próprio autor

Foram ainda, realizadas perguntas que permitem avaliar a ‘confiança’ dos entrevistados em relação a algumas instituições. Identificamos (tabela 03) uma relação positiva de confiança dos empresários entrevistados em relação aos empresários do setor de confecções (54%), aos membros de associações de empresários e sindicatos (56%), e em

relação às instituições bancárias (67%). Por outro lado, a grande maioria (80%) declarou não confiar em membros do governo (local, estadual e federal).

**Tabela 1 - Confia ou não confia nas pessoas e instituições citadas**

	Confio		Não Confio		NS/NR		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Empresários do setor de confecções	54	54	44	44	2	2	100	100
Membros do governo local (Prefeitura), Estadual e Federal	16	16	80	80	4	4	100	100
Membros de Associações de empresários e sindicatos	56	56	40	40	4	4	100	100
Instituições Bancárias	67	67	30	30	3	3	100	100
Sebrae	84	84	11	11	5	5	100	100

Fonte: Elaboração do próprio autor

A confiança existente entre os indivíduos, e nas instituições, é um elemento fundamental para o sucesso das ações coletivas, assim como para reforçar o capital social de uma comunidade. Fukuyama (1996, p. 41) define a confiança como sendo “a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade.” Para esse autor, inspirado na utilização que Coleman (1990) faz do conceito de capital social, a existência de bons níveis de confiança proporciona maior ou menor sucesso nas transações, permitindo que uma variedade de relacionamentos sociais emerja.

Putnam (1993), citado por RENNO (2001), também atribui um papel de suma importância à confiança, na constituição do capital social. Para ele, esta se configura como um elemento que compõe a comunidade cívica, reforçando a ação coletiva, diminuindo os comportamentos oportunistas e individuais. A confiança e a credibilidade nas instituições são elementos que coexistem e se auto reforçam. Tendo em vista tais considerações, é possível inferir que o baixo nível de confiança que se delineia entre os membros do APL de confecções aponta para um ambiente com poucas práticas coletivas.

Na tabela 04 encontramos as opiniões dos entrevistados sobre o que acham sobre a honestidade dos membros de instituições diversas. Novamente os membros do governo local recebem indicações negativas, 48% dos entrevistados disseram considerá-los como

desonestos ou muito desonestos. Por outro lado, membros de instituições bancárias e do Sebrae receberam as melhores qualificações.

**Tabela 2 - Em que medida acha que os membros das instituições abaixo são honestas ou desonestas**

	Muito desonesto	Desonesto	Indiferente	Honesto	Muito honesto	Não respondeu	Total
Membros do governo local	12	36	37	8	5	2	100
Líderes que atuam no setor	4	5	57	24	4	6	100
Membros de Bancos	,-	3	44	50	-	3	100
Membros do SEBRAE	,-	3	34	52	8	3	100
Membros de Ong's	-	3	51	16	3	27	100

Fonte: Elaboração do próprio autor

Segundo Douglass North (1990), as instituições são os códigos que regem a interação humana, elas criam um ambiente de reduzidas incertezas para a vida cotidiana e guiam as interações humanas a fim de que as pessoas saibam como reagir aos eventos sociais e econômicos cotidianos. Essas instituições podem ser formais ou informais, como convenções ou códigos de conduta ou mesmo leis formais escritas. O papel das instituições em uma sociedade é a redução das incertezas, estabelecendo uma estrutura estável para a interação (NORTH, 1990.)

#### **4.3A prática de ações coletivas como medida de capital social**

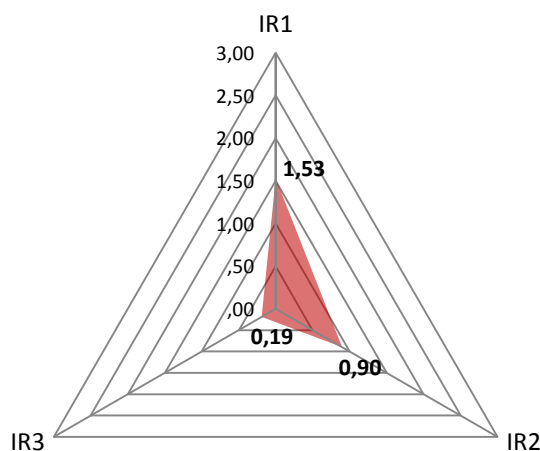
A participação social e a dedicação dos indivíduos a projetos coletivos se configuram como uma resultante da existência de um tecido associativo rico que agregados a fatores de ordem institucional e cultural produzem melhores resultados na superação dos dilemas da ação coletiva.

Objetivando realizar uma investigação que possibilitasse uma identificação dessa participação social, foram realizados uma série de questionamentos a respeito da participação dos empresários no cotidiano do grupo que compõe o setor de Confecções.

As respostas e os indicadores foram bastante negativos em relação a existência de elementos importantes a emergência de ações coletivas.

Assim como nos quesitos Participação e Confiança, foram elaborados três indicadores, nomeados Indicadores de Resultado (IR), que indicam a eficiência do capital social existente em forma de realização de ações coletivas. Esses indicadores consideraram as seguintes variáveis: você contribuiria para projetos que não lhe beneficiam diretamente (IR1), realizou algum trabalho conjunto com outros empresários no último ano (IR2) e se reuniu com membros do grupo para entregar petição ao poder público no último ano (IR3). Os indicadores compõem parâmetros sobre a realização de ação coletiva no APL e possuem fatores de ponderação que variam entre 0, baixo nível de eficiência do estoque de capital social e 3, alto nível de eficiência do capital social.

**Gráfico 03 - Indicador de Resultado (IR)**



IR1 - Você contribuiria para projetos que não lhe beneficiam diretamente  
IR2 - Realizou algum trabalho com os outros empresários no último ano  
IR3 - Se reuniu com membros do grupo para entregar petição ao poder público no último ano"

Fonte: Elaboração do próprio autor

Os indicadores registrados no gráfico acima demonstram a ineficiência do capital social existente no APL, e sua baixa capacidade de se manifestar em forma de ações coletivas. Os níveis são baixos, destacamos o IR1 (1,53), que se refere a uma situação hipotética.

Os indicadores IR2 e IR3, que se relacionam a situações concretas referentes às atividades desenvolvidas no último ano, os indicadores são muito baixos, 0,90 e 0,19, respectivamente.

Esses dados novamente vêm ao encontro do referencial teórico mobilizado, onde há indicação de que em ambientes com baixo nível de participação e baixo nível de confiança, o capital social também é baixo, dificultando a existência de práticas coletivas. Essa tendência é reforçada à medida em que observamos que, dentre os entrevistados prevalecem aqueles que tendem a **não** ajudar seus pares, 43% deles afirmaram “raramente se ajudaram mutuamente” e 70% disseram “não ter realizado trabalho conjunto” nos últimos 12 meses.

Por outro lado, é importante considerar que para uma Micro Empresa, com poucos funcionários e geralmente familiar, demandar tempo e recursos em projetos que beneficiem o setor pode não ser compensador a curto prazo; ao contrário, pode se mostrar até bastante dispendioso.

Apesar de receber inúmeras críticas, as proposições de Olson (1999) parecem ser aplicáveis nesses momento, proposições que, segundo Ostrom (2011, p. 286) são úteis “para conduzir análises formais sobre decisões humanas em ambientes competitivos e altamente estruturados”. Segundo Olson (1999), geralmente os custos de participação para provimento de um bem coletivo são altos a princípio, podendo gerar ganhos maiores somente a longo prazo. Além disso, a contribuição de um indivíduo gera um impacto praticamente imperceptível na produção desse bem. Dessa forma, dado esse cálculo é mais vantajoso deixar que os outros microempresários arquem com o ônus da produção de bens coletivo, obtendo-o sem custo, já que no modelo de Olson (1999) a ação coletiva é inclusiva, ou seja, não se pode excluir ninguém do benefício da ação, mesmo que ele não tenha contribuído para provimento do mesmo. Com base nesse pensamento racional, surgem *free riders* no âmbito do APL- e a produção do bem coletivo fica prejudicada.

Os resultados mostram, ainda, que os empresários tendem a agir em grupo apenas quando percebem alguma possibilidade de ganhos seletivos na ação coletiva. Dentre os 40 empresários que responderam realizar ações conjuntas no âmbito do APL nos últimos 12 meses, 16 disseram ter realizado compra de matéria prima, 12 participado de cursos e 8

de campanhas de venda. Apenas 4 empresários participaram de atividade para desenvolvimento de todo o setor de confecções.

São objetivos pontuais, que representam pouco investimento de tempo e recursos, e que produzem um benefício imediato e seletivo: se o empresário participa ele goza os benefícios, como é o caso de compras coletivas, cursos e organização de campanhas de vendas. Para Olson (1999) a concessão de benefícios seletivos é uma saída para evitar a deserção e obter adesão aos empreendimentos coletivos.

Ainda utilizando as premissas colocadas por Olson (1999), os dados coletados demonstram a incapacidade do grupo em impor sanções aos indivíduos que não participam de atividades em prol do grupo, visto que 60% dos microempresários disseram que um empresário que não participe em atividades em prol do APL **não** sofreria sanção. Olson (1999) aponta a sanção como um mecanismo fundamental para se obter o grupo agindo em torno do interesse coletivo.

O instrumento de coleta de dados também buscou levantar informações a respeito da participação dos empresários do setor de confecções nos assuntos públicos. O compromisso cívico - como a participação social nos assuntos públicos, comparecimento às urnas, entre outras estruturas ligadas ao associativismo e a solidariedade coletiva - é apresentado por Putnam (2006) como um elemento central no desenvolvimento do capital social.

Com essa finalidade, os empresários foram questionados sobre o número de vezes em que se reuniram para entregar uma petição a membros do governo ou a líderes políticos e se votaram, nas últimas eleições, para elegerem os representantes das organizações que participam. O número relativamente alto de empresários que nunca assinou uma petição (83%) e que não votou nas últimas eleições (79%) das organizações indica o baixo nível de articulação e de participação política desse grupo.

Outro ponto importante a ser observado é a existência de alto nível de concorrência entre os membros do grupo. Importante observar que se trata de um grupo de empresários, que tem como objetivos a busca pela maximização dos lucros. É um mercado formado por



micro e pequenas empresas, concorrentes entre si, inserindo no campo de estudos outras variáveis não consideradas nesse trabalho.

## **5 Considerações**

Ao observar o APL de Confecções de Vila Velha, ES, verificamos um descolamento do conceito de Arranjo Produtivo criado pela REDESIST quanto à disposição em proporcionar trocas de experiências e cooperação entre seus integrantes. Alguns fatores corroboram esse entendimento, como o baixo nível de confiança existente no âmbito do Arranjo e a baixa participação em assuntos públicos.

A manifestação da confiança no APL estudado se apresenta em níveis interessantes, ou seja, acima do ponto médio do IC; porém tais dados demonstram uma fragilidade já que também demonstram uma desconfiança constante. Essa desconfiança se manifesta quando os empresários sentem uma presente ameaça de seus próprios companheiros do APL e não confiam ou não consideram honestos os agentes pertencentes a instituições como governo local estadual e federal. Sendo assim, o APL estudado não possui nível de confiança robusto suficiente para desempenhar um papel fundamental para o surgimento de ações coletivas,

A participação verificada no APL se mostrou bastante restrita, com índices baixos de participação em associações e movimentos diversos. Esse elemento é fundamental para a maior consistência do capital social e como medida de compromisso cívico, fato que não é exercido no APL de confecções estudado de forma marcante.

Um fato importante de ser destacado é que o ambiente estudado se trata de um *lócus* empresarial e competitivo, onde as proposições de uma interpretação utilitarista podem ser bastante aplicáveis. Porém esse tipo de análise (teorias da escolha racional) exclui uma série de variáveis mais relacionais dos indivíduos e dos grupos.

Quando passamos a ampliar a abordagem dos estudos de ações coletivas, incluindo elementos como emoções, afetividade, identidade e memória, uma observação dos ambientes onde as relações se estabelecem se faz fundamental. As abordagens de *survey*,

a partir dos instrumentos de coleta de dados tradicionalmente praticados para estudo das ações coletivas, têm dificuldades enormes em alcançar esses fatores. Os espaços de trocas cotidianas se constituem o *lócus* fundamental onde devem ser desenvolvidos estudos sobre mobilizações e comportamentos dos atores em termos de adesão a ações coletivas. Sendo assim, as abordagens qualitativas, especialmente a perspectiva etnográfica, se coloca como uma possibilidade de equalização desses elementos supracitados. O acompanhamento do dinamismo, a forma como os públicos emergem, como as associações nascem para as pautas públicas e como os conflitos se inserem nesse campo de construção e manutenção de grupos, se observa de forma mais completa a partir da etnografia. O antropólogo se apresenta com tempo de imersão no campo mais intenso, podendo se apropriar da experiência cotidiana, sentindo o corpo afetivo e experiencial, transformando essas dados/emoções em saber etnográfico.

Finalmente, ressaltamos que se faz necessário uma abordagem menos pessimista do APL de confecções estudado. Dessa forma, um fatiamento do banco de dados, filtrando os casos em que a confiança e a participação se manifestam com maior significância, poderá trazer à tona elementos que apontem para possibilidades de altos níveis de cooperação e emergência de ações coletivas, dentro de subgrupos específicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, J. A **endogenização no desenvolvimento econômico regional e local**. Planejamento e políticas públicas (IPEA), v23, p.261-286, 2001.

**Arranjos produtivos locais.** Disponível em:  
<<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/arranjosprodutivoslocais.asp>> Acesso em:  
12 de setembro. 2006.

BRITO, J. & ALBAGLI, S. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - Redesist, Rio de Janeiro, 2003.

CEFAÏ, Daniel. **Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva.** Dilemas. Revista de Estudos de Conflitos e Controle social, v. 2, n. 4, 2009.

CEFAÏ, Daniel. **Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da associação La Bellevilleuse, em Paris.** In Daniel Cefaï, Marco Antônio da Silva Mello, Felipe Berocan Veiga, Fábio Reis Mota (org.), Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa, Niterói-Rio de Janeiro, EdUFF, p. 67-102, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais.** São Paulo Edições Loyola.3ª Ed. 2002.

JASPER, James M. **Las emociones y los movimientos sociales: veinte años de teoría e investigación.** Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. N°10. Año 4. pp. 48-68, 2013.

KOTESKI, Marcos Antônio. **As micro e pequenas empresas no contexto econômico brasileiro.** Ver. FAE Business. N° 8, 2004.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance.** Cambridge. Cambridge University Press.1990. Tradução Rafael Damasceno, Sem publicação.2010.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos de uma teoria dos grupos sociais.** Tradução Fábio Fernandes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

ORESNTAIN, Luiz. **A estratégia da ação coletiva.** Rio de Janeiro: Ed. Revan:UCAM, Iuperj,1998.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLETA, Francesca and JASPER, James. **Collective Identity and Social Movements.** Annual Review of Sociology 27, 283-305, 2001.

POTETE, A., OSTROM, E., JANSSEN. Trabalho em parceria. Ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. **Cap. 9 Expandindo as fronteiras da teoria da ação coletiva e dos bens comuns.** SP, Editora Senac, 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália moderna.** Trad. Luiz Alberto Monjardim. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

SANTOS, F.; CROCCO, M.; LEMOS, M. B. **Arranjos e Sistemas Produtivos Locais em Espaços Industriais Periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros.** Revista de Economia Contemporânea, v. 6, nº 2, p. 147-180, 2002.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Fundação Ceciliano Abel de Almeida (FCAA). **Projeto observatório de competitividade sistêmica das micro e pequenas empresas do espírito santo em regime de aglomeração.** Relatório consolidado, sem publicação. Vitória, ES, 2005.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus.** São Paulo: Edusp, 1996.

## ANEXO 01

### Estrutura de construção dos indicadores – INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO

INDICADORES	VARIÁVEIS QUE COMPÕEM O INDICADOR	RESPOSTAS E VALORES
IP 1 - Participação em associações	Participa de Associação de comerciantes, associação profissional, sindicatos e grêmios	Participa ativamente – valor 3
	Participa de Igreja ou associação religiosa	Não ativamente – valor 2
	Participa de Grupo ou associação cultural, educacional, recreativo e desportivo	Já participou – valor 1
	Participa de Grupo ou movimento político	Não participa ou nunca participou – valor 0
	Participa nas ações do APL como cursos, reuniões, campanhas.	
IP 2 - Pessoas do arranjo que compõe rede pessoal	Número de pessoas que existem dentro do APL que você se sente à vontade para desenvolver atividades de lazer, conversar sobre assuntos pessoais	Cinco ou mais pessoas – valor 3 Três ou quatro pessoas – valor 2 Uma ou duas pessoas – valor 1 Ninguém – valor 0
IP 3 - Se reuniu com empresários do setor nos últimos 12 meses para se divertir	Quantas vezes nos últimos 03 mês você se reuniu com alguns membros do grupo para se divertir em casa ou locais públicos.	Cinco ou mais vezes – valor 3 Três ou quatro vezes – valor 2 Uma ou duas vezes – valor 1 Nenhuma vez – valor 0

### Estrutura de construção dos indicadores – INDICADORES DE CONFIANÇA

IC 1 – A maioria dos empresários do setor são confiáveis	Pode-se confiar na maioria dos empresários que fazem parte do pólo de confecções da Glória	Concordo – valor 3 Discordo – valor 0
IC 2 – é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você	Nesse setor é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você	Concordo – valor 3 Discordo – valor 0 Confio – valor 3 Não confio – valor 0
IC 3 – As instituições presentes no APL são confiáveis	Empresários do setor de confecções	
	Membros do governo local (Prefeitura), Estadual e Federal	
	Membros de Associações de empresários e sindicatos	
	Instituições Bancárias	
SEBRAE		

### Estrutura de construção dos indicadores – INDICADORES DE RESULTADO

IR 1 – Você contribuiria para projetos que não lhe beneficiam diretamente	Se um projeto do setor não lhe beneficia diretamente, você contribuiria para o projeto de que forma:	Contribuiria de três formas – valor 3 Contribuiria de duas formas – valor 2 Contribuiria de uma única forma – valor 1 Não contribuiria – valor 0
IR 2 – Realizou algum trabalho com outros empresários no último ano	Nos últimos 12 meses, você trabalhou com outros membros no seu setor - Em benefício do grupo	Não – valor 0 Sim – valor 3
IR 3 – Se reuniu com membros do grupo para entregar petição ao poder público no último ano	Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas nesse setor se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo, ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício do grupo?	Nunca – valor 0 Uma vez – valor 1 Algumas vezes (menos que 5 vezes) – valor 2 Muitas vezes (mais de cinco vezes) – valor 3

### ANEXO 02

#### Calculo do Indicador de Participação 1 (IP1)

	Participa ativamente valor 3	Não ativamente valor 2	Já participou ou 1	Não participa ou nunca participou valor 0	Soma dos valores	Cálculo
Associação de comerciantes, associação profissional, sindicatos e grêmios	26	43	2	29	166,0	(soma dos valores dividido pelo número de entrevistados) $511/100 = 5,11$ , nesse caso é preciso dividir o valor obtido por 5, relativo ao número de variáveis que
Igreja ou associação religiosa	38	16	10	36	156,0	
Grupo ou associação cultural, educacional, recreativo e desportivo	22	5	7	66	83,0	
Grupo ou movimento político	2		2	96	8,0	

Nas ações do APL como cursos, reuniões, campanhas	24	11	4	61	98,0	compõe o IP1: $5,11/5 = 1,02$
---	----	----	---	----	------	----------------------------------

### ANEXO 03

#### Calculo do Indicador de Participação 2 (IP2)

Pessoas do arranjo que compõe rede pessoal	Frequência de respostas	Soma dos valores	Cálculo
Ninguém - valor 0	38	,0	(soma dos valores divididos pelo número de entrevistados) $133/100 = 1,33$
Uma ou duas pessoas - valor 1	18	18,0	
Três ou quatro pessoas - valor 2	17	34,0	
Cinco ou mais pessoas - valor 3	27	81,0	
Total	100	133,0	